



# PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO

LEI COMPLEMENTAR Nº 689 DE 31 DE OUTUBRO DE 2017.

*“Dá nova redação, acrescenta e altera dispositivos da Lei complementar nº. 648, de 06 de janeiro de 2017 alterada pela Lei Complementar nº 650, de 08 de fevereiro de 2017, Lei Complementar nº 652, de 03 de março de 2017, Lei Complementar nº 654, de 06 de março de 2017, Lei Complementar nº 099, de 28 de abril de 2000 e dá outras providências”.*

**O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO** usando da atribuição que lhe é conferida no inciso IV, do artigo 87, da Lei Orgânica do Município de Porto Velho.

**FAÇO SABER** que a **CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO VELHO** aprovou e eu sanciono a seguinte

## LEI COMPLEMENTAR:

**Art. 1º.** Dá nova redação, acrescenta e altera dispositivos da Lei complementar nº 648, de 06 de janeiro de 2017 e suas respectivas alterações, que passam a vigorar com a seguinte redação:

**“Art. 7º.** .....

**§ 1º.** *É facultado aos Secretários Municipais delegarem competências aos servidores de sua Pasta, aos Dirigentes de Órgãos por eles supervisionados, coordenados, orientados e controlados, para a prática de atos administrativos, inclusive a ordenação de despesa, conforme disposto em regulamento;*

**§ 2º.** *O ato de delegação indicará com precisão a autoridade delegante, a autoridade delegada e as atribuições objeto da delegação, não excluindo a responsabilidade do titular;” (NR)*

**“Art. 21.** .....



## PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO

*I – apoio direto e assessoramento gerencial superior ao Chefe do Poder Executivo representado pelos Secretários Municipais, pelo Procurador Geral do Município, Controlador Geral do Município e pelos dirigentes dos demais órgãos autônomos;" (NR)*

.....  
**"Art. 25.** Os Secretários Municipais, além da competência para autorizar e ordenar despesas, exercem as atribuições previstas em normas constitucionais, legais e regulamentares, em estreita articulação com os demais Poderes e outros níveis de Governo, primando pelo atendimento ao interesse público."(NR)

**"Parágrafo único.** Ordenador de despesas é toda e qualquer autoridade de cujos atos resultem em emissão de empenho, autorização de pagamento, suprimento ou dispêndio de recursos do Município ou pela qual esta responda, e ainda:

*I - quem quer que utilize dinheiros públicos terá de justificar seu bom e regular emprego na conformidade das leis, regulamentos e normas emanadas das autoridades administrativas competentes;*

*II – os bens móveis, materiais e equipamentos ficarão sob a responsabilidade dos chefes das unidades, procedendo-se periodicamente a verificações pelos competentes órgãos de controle patrimonial;*

*III - os estoques serão obrigatoriamente contabilizados, fazendo-se a tomada anual das contas dos responsáveis;*

*IV - os direitos e haveres do município ficarão sob responsabilidade dos chefes das unidades constituídas para sua administração e controle, bem como serão contabilizados, fazendo-se a tomada de contas anual dos responsáveis;*

*V – os órgãos de contabilidade inscreverão como responsável todo ordenador de despesa, o qual só poderá ser exonerado de sua responsabilidade após julgadas regulares suas contas pelo Tribunal de Contas;*

*VI - todo aquele que, a qualquer título, tenha a seu cargo serviço de contabilidade do Município é pessoalmente responsável pela exatidão dos registros e oportuna apresentação dos balancetes,*



## **PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO**

*balanços, demonstrações contábeis e relatórios de responsabilidade e gestão fiscal dos atos relativos à administração financeira e patrimonial do setor sob sua jurisdição.*

*VII - todo ordenador de despesa ficará sujeito a apresentação de prestação de contas ao órgão de contabilidade, verificada pelo órgão de auditoria interna e posteriormente homologada pela autoridade hierárquica superior, antes de ser encaminhada ao Tribunal de Contas;*

*VIII – não apresentada a prestação de contas nos prazos estabelecidos fica o ordenador de despesa sujeito à tomada de contas;*

*IX – As despesas realizadas mediante adiantamentos, desde que não impugnadas pelo ordenador, serão escrituradas e incluídas na sua prestação de contas, na forma prescrita; quando impugnadas, deverá o ordenador determinar imediatas providências administrativas para a apuração das responsabilidades e imposição das penalidades cabíveis, sem prejuízo do julgamento pelo Tribunal de Contas;*

*X – As transferências voluntárias que envolva bens, valores e serviços públicos, desde que não impugnadas pelo ordenador, serão escrituradas e incluídas na sua prestação de contas, na forma prescrita; quando impugnadas, deverá o ordenador determinar imediatas providências administrativas para a apuração das responsabilidades e imposição das penalidades cabíveis, sem prejuízo do julgamento pelo Tribunal de Contas;*

*XI – O recebedor de adiantamentos é obrigado a prestar contas de sua aplicação procedendo-se, automaticamente, a tomada de contas se não o fizer no prazo assinalado;*

*XII – Aqueles que receberem transferências voluntárias que envolva bens, valores e serviços públicos, são obrigados a prestar contas de sua aplicação, procedendo-se, automaticamente, a tomada de*



## **PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO**

*contas se não o fizer no prazo assinalado, além de eventuais sanções e penalidades previstas em lei.*

*XIII - as prestações de contas serão objeto de pronunciamento expresso do Prefeito Municipal, dos Secretários Municipais, dos dirigentes de órgãos da Administração Indireta ou de autoridade a quem estes delegarem competência, antes de seu encaminhamento ao Tribunal de Contas para os fins legais;*

*XIV - a prestação de contas dos ordenadores, agentes recebedores, tesoureiros ou pagadores após o encerramento do exercício financeiro, no prazo hábil para consolidação das contas anuais do prefeito, conforme regulamentação, será recepcionada pelos órgãos encarregados da contabilidade analítica e, antes de ser submetida a pronunciamento do Prefeito Municipal, dos Secretários Municipais, dos dirigentes de órgãos da Administração Indireta ou da autoridade a quem estes delegarem competência, terá sua regularidade certificada pelo órgão de auditoria;*

*XV - sem prejuízo do encaminhamento ao Tribunal de Contas, a autoridade a que se refere o inciso anterior no caso de irregularidade, determinará as providências que, a seu critério, se tornarem indispensáveis para resguardar o interesse público e a probidade na aplicação dos dinheiros públicos, dos quais dará ciência oportunamente ao Tribunal de Contas;*

*XVI - quando se verificar que determinada conta não foi prestada, ou que ocorreu desfalque, desvio de bens ou outra irregularidade de que resulte prejuízo para a Fazenda Pública, as autoridades administrativas, sob pena de responsabilidade solidária e sem embargo dos procedimentos disciplinares, deverão tomar imediatas providências para assegurar o respectivo ressarcimento e instaurar a tomada de contas, fazendo-se as comunicações a respeito ao Tribunal de Contas;*

*XVII – cada secretaria, órgão ou entidade manterá atualizada relação de responsáveis por dinheiros, valores e bens públicos,*



## **PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO**

*cujo rol deverá ser transmitido anualmente ao Tribunal de Contas, comunicando-se quadrimestralmente as eventuais alterações;*

*XVIII – responderão pelos prejuízos que causarem à Fazenda Pública o ordenador de despesas e o responsável pela guarda de dinheiros, bens e valores;*

*XIX - O ordenador de despesa, além da legalidade na aplicação dos recursos públicos, sob sua responsabilidade, deverá preservar a legitimidade do interesse público, competindo-lhe ainda:*

*a) promover as condições para que todos tenham acesso às informações autênticas, integras, atualizadas e com linguagem de fácil compreensão sobre todos os recursos colocados à sua disposição, sua aplicação, seu processamento e os resultados obtidos;*

*b) empregar o devido zelo na sustentabilidade da estrutura organizacional, recursos e serviços colocados à sua disposição;*

*c) Imprimir eficiência à gestão dos recursos buscando a melhor relação entre qualidade dos serviços e qualidade dos gastos, gerenciando os riscos envolvidos;*

*d) adotar a integridade pessoal, organizacional e de procedimentos, bem como a promoção do estímulo à probidade e comportamento íntegro naqueles que sob seu comando utilizar, arrecadar, gerenciar e administrar bens e valores públicos;*

*e) promover a transparência nas relações entre a administração pública, seus órgãos e entidades bem como com terceiros, estabelecendo alinhamento dos objetivos em comum e os processos para alcançá-los;*

*f) exercer gestão dos recursos colocados à sua disposição, com observação:*

*1. das competências e funcionamento do órgão ou entidade;*

*2. dos conhecimentos, habilidades e atitudes das pessoas em conformidade com a responsabilidade que estabelecer;*

*3. Da qualidade das informações e comunicação instituídas nos processos internos e externos;*

*4. do alinhamento com modelos, estratégias, políticas, planos, processos de trabalho e atividades já estabelecidos no ordenamento jurídico municipal;*

*5. dos controles estabelecidos na supervisão dos recursos, sua utilização coordenada, seu monitoramento e avaliação;*

*6. da identificação dos responsáveis por atos lesivos à administração pública e sua responsabilização, bem como punição de condutas faltosas na esfera administrativa." (AC)*

.....



## **PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO**

**"Art. 26-A.** Os Subsecretários Municipais, auxiliares diretos dos Secretários, exercem atribuições constitucionais, legais e regulamentares, com apoio dos servidores públicos titulares de cargos efetivos, de direção superior, bem como de outros agentes públicos, a eles subordinados direta ou indiretamente, e no exercício de suas atribuições inerentes à Subsecretaria, cabendo-lhes:

*I – exercer as ações de supervisão e controle dos serviços enquadrados na área de sua competência;*

*II - receber reclamações relativas à prestação de serviços públicos e promover as correções exigidas;*

*III – apresentar manifestação sobre pedidos de informação cuja matéria se insira na área de competência das subsecretarias que dirigem;*

*IV – solicitar a aplicação de penas administrativas e disciplinares;*

*V – exercer outras atividades situadas na área de abrangência da respectiva Subsecretaria e atender demais metas propostas pelo Secretário." (AC)*

.....

### **"Seção IV**

#### **Dos Gestores de Departamento Administrativo" (NR)**

**"Art. 29** Os Gestores de Departamento Administrativo têm por atribuições básicas a gestão das atividades afetas à administração dos recursos disponíveis, no âmbito correspondente ao respectivo órgão, zelando pela eficiência, eficácia e efetividade na consecução dos propósitos e atribuições organizacionais." (NR)

**"Art. 30.....**

*I - .....*

*"II – Às Chefias de Assessorias Técnicas compete a realização de atividades de direção e coordenação de estudos, pesquisas, levantamentos, análises, elaboração de pareceres técnicos, justificativas, controle de atos, coleta de informações, comunicação e relações públicas, entre outras tarefas típicas de assessoria." (NR)*

*"III – Aos Departamentos Administrativos compete coordenar internamente as atividades administrativa, orçamentária e financeira*





## **PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO**

das Secretarias, sob a orientação normativa, coordenação e fiscalização dos órgãos centrais dos respectivos sistemas administrativos." (AC)

.....  
**"Art. 35.** Extingue-se da Secretaria Municipal de Trânsito, Mobilidade e Transportes o cargo de Administrador do Terminal Rodoviário, o Departamento de Administração do terminal Hidroviário - DTH, a Divisão de Atividade de Regularização – DARE, a Divisão de Planejamento de Operação de Transporte Multimodal- DPOM, Divisão de Fiscalização Eletrônica – DIFE e a Comissão Específica de Projetos de Padronização de Calçadas e Mobilidade Urbana." (NR)

.....  
**"Art. 40-A.** Fica extinta a Subsecretaria Municipal Adjunta de Programas Especiais de Desenvolvimento, sendo criada a Secretaria Municipal de Resolução Estratégica de Convênios e Contratos – SEMESC, cuja finalidade é planejar, coordenar, monitorar e deliberar, estrategicamente, sobre toda a atividade-meio relacionada aos serviços remanescentes da extinta Secretaria Municipal de Projetos e Obras Especiais – SEMPRES e demais programas especiais no âmbito da Administração Direta do Município de Porto Velho.

§ 1º Os serviços remanescentes da extinta SEMPRES e demais programas especiais compreendem os convênios e contratos, decorrentes de repasses federais, originados de fontes de recursos do orçamento geral da união, FGTS, dentre outros, relacionados aos serviços e projetos de engenharia objeto de infraestrutura urbana do Município de Porto Velho, com exceção da execução de obras e serviços de engenharia, os quais são de responsabilidade da Secretaria Municipal de Infraestrutura Urbana e Serviços Básicos, consoante o disposto no art. 84." (AC)

.....  
**"Art. 40-B.** Fica extinta a Subsecretaria Municipal de Planejamento e Orçamento, bem como o cargo de Subsecretário de Planejamento e Orçamento, sendo criado o cargo de Secretário Adjunto da



## **PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO**

*SEMPOG, o qual absorverá as obrigações, competências e atribuições da Subsecretaria extinta." (AC)*

.....

**"Art. 49.** *Ficam extintas as Subprocuradorias da Saúde e da Educação e outras desvinculadas da Procuradoria Geral do Município, ficando criadas a Subprocuradoria Administrativa, Convênios e Contratos." (NR)*

**"Art. 50.** *Fica criado na Procuradoria Geral do Município o cargo de Assessor Especial Técnico Jurídico da Procuradoria, Assessor Executivo Especial da Procuradoria e Assessor Jurídico Setorial SEMESC." (NR)*

**"Parágrafo único.** *O cargo de Assessor Jurídico Setorial SEMESC deverá ser ocupado por servidor do Grupo Ocupacional de Representação e Consultoria Jurídica – GOJ da Procuradoria Geral do Município e deverá desenvolver ações de assessoria jurídica junto à Secretaria Municipal de Resolução Estratégica de Convênios e Contratos – SEMESC, sob a supervisão do Procurador Geral." (AC)*

**"Art. 51.** *O cargo de Corregedor Chefe da Procuradoria Geral do Município e Assessor Especial Técnico Jurídico da Procuradoria terão remuneração estabelecida na tabela de cargos comissionados em anexo." (NR)*

.....

.....

**"Art. 57.** *Os Conselhos Anti-Drogas e da Cidadania Negra passam a fazer parte integrante da SEMASF e ficam extintos no Gabinete do Prefeito."(NR)*

.....

**"Art. 59-A** *Fica criado no âmbito da Secretaria Geral de Governo, a Superintendência Municipal de Gestão de Gastos Públicos que tem como competência o planejamento, normatização, controle e*





## **PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO**

*coordenação das atividades-meio, relacionadas à qualidade das despesas de natureza administrativa e à logística do Poder Executivo, aí incluídos todos os órgãos que compõem a Administração Pública Municipal Direta, a ser disciplinada por Lei Complementar do Chefe do Poder Executivo Municipal"***(AC)**

**Art. 61.** .....

**"§ 3º.** Os cargos de diretor (a), vice-diretor (a), e de secretário (a) de escolas previstos no Anexo - IX desta Lei deverão ser preenchidos de acordo com o quantitativo de escolas em atividade na rede pública municipal, consoante as tipologias "A", "B", "C" e "D" estabelecidas mediante a Lei nº 1.507, de 23 de maio de 2003 alterada pela Lei 1.920, de 23 de dezembro de 2010, observando que:

*I – poderá ocorrer a nomeação de somente um diretor, um vice-diretor e um secretário por escolas de tipologias "A", "B" e "C";*

*II – nas escolas de tipologia "D" haverá somente um cargo comissionado de diretor por escola;*

*III – a Secretaria Municipal de Educação deverá disponibilizar em sítio eletrônico a relação das escolas municipais por tipologia, bem como atualizar os respectivos quantitativos quando ocorrer alterações."* **(AC)**

**"Art. 61-A.** Fica criado na Controladoria Geral do Município o cargo de Assessor de Controle Setorial SEMESC o qual deverá ser ocupado por servidor do Grupo Ocupacional de Controle Interno – GCI da Controladoria Geral do Município e deverá desenvolver ações de assessoria à SEMESC, sob a supervisão do Controlador Geral." **(AC)**

**"Art. 61-B.** Fica criada a gratificação especial para presidente e membro de Comissão de Tomada de Contas Especial, que deverá ser ocupado exclusivamente por servidor do quadro efetivo e corresponderá ao valor mensal de 100% do cargo "CC – 10" para o presidente e 100% do cargo "CC – 8" para membro, não podendo



## **PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO**

acumular com a gratificação prevista no art. 76 da Lei Complementar nº 385, de 1º de julho de 2010.

**§ 1º.** Cada comissão, permanente ou não, será composta por um presidente e até três membros, sendo que poderão ser criadas simultaneamente o máximo de três comissões de tomadas de contas especiais.

**§ 2º.** A criação, coordenação e supervisão das comissões de tomadas de contas especiais ficam sob a responsabilidade da Secretaria Geral de Governo." **(AC)**

**Art. 62.....**

**"I – Secretaria Geral de Governo: "(NR)**

a) Superintendência Municipal de Gestão e Gastos Públicos

b) Gabinete Militar;

c) Ouvidoria Geral;

d) Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil;

e) Coordenadoria de Comunicação, Cerimonial e Relações Públicas;

f) Coordenadoria Municipal de Tecnologia da Informação e Pesquisa;

g) Parceria Público Privada – PPP/PVH;

h) Conselho Municipal de Defesa dos Direitos da Mulher." **(NR)**

**II - .....**

**III - Secretaria Municipal de Fazenda – SEMFAZ:**

a) "Subsecretaria da Receita Municipal;" **(NR)**

b) "Subsecretaria de Finanças e Contabilidade;" **(AC)**

c) "Conselho de Recursos Fiscais;" **(AC)**

**IV - .....**

**V - .....**

**VI - .....**

**VII - Secretaria Municipal de Administração – SEMAD:**

"a) Superintendência Municipal de Licitação." **(NR)**

"VIII -Secretaria Municipal de Regularização Fundiária, Habitação e Urbanismo". **(NR)**

"IX - Secretaria Municipal da Infraestrutura Urbana e Serviços Básicos." **(NR)**



## **PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO**

"a) Subsecretaria de Obras e Pavimentação;" **(NR)**

"b) Subsecretaria de Serviços Básicos." **(NR)**

"X - Secretaria Municipal de Trânsito, Mobilidade e Transportes:" **(NR)**

a) Conselho Diretor do Fundo Municipal de Trânsito; **(NR)**

"b) Conselho Municipal de Transporte;" **(NR)**

"XI - Secretaria Municipal de Integração:" **(NR)**

"a) Subsecretaria Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável;

b) Subsecretaria Municipal de Indústria, Comércio, Turismo e Trabalho;

c) Subsecretaria Municipal de Agricultura e Abastecimento;

d) Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente;

e) Conselho Municipal de Turismo;

f) Conselho Municipal do Trabalho;

g) Conselho Municipal de Desenvolvimento Econômico;" **(AC)**

"XII - Secretaria Municipal de Esporte e Lazer;" **(AC)**

"XIII - Secretaria Municipal de Resolução Estratégica de Convênios e Contratos. " **(AC)**

.....

**Art. 65.** A Prefeitura Municipal é composta pelo conjunto dos seguintes órgãos de apoio direto e assessoramento gerencial superior ao Chefe do Poder Executivo: **(NR)**

.....

"I – Secretaria Municipal de Administração;" **(NR)**

"II – Secretaria Municipal de Planejamento Orçamento e Gestão;

III – Secretaria Municipal de Saúde;

IV – Procuradoria Geral do Município;

V – Secretaria Municipal de Infraestrutura Urbana e Serviços Básicos;

VI – Secretaria Municipal de Integração;

VII – Secretaria Municipal de Regularização Fundiária Habitação e Urbanismo;

VIII – Secretaria Municipal de Assistência Social e da Família;

IX – Secretaria Municipal de Educação;



# **PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO**

*X – Secretaria Municipal de Fazenda;*

*XI – Controladoria Geral do Município;*

*XII – Secretaria Geral de Governo;*

*XIII – Fundação Cultural de Porto Velho;*

*XIV – Secretaria Municipal de Esporte e Lazer;*

*XV – Secretaria Municipal de Trânsito, Mobilidade e Transportes;*

*XVI – Secretaria Municipal de Resolução Estratégica de Convênios e Contratos." (AC)*

**"§ 1º.** *A Secretaria Geral de Governo terá estrutura organizacional própria." (NR)*

**"§ 2º.** *Os Órgãos integrantes da Prefeitura, além das competências constantes nesta Lei Complementar e nas suas respectivas leis de criação, poderão ser objeto de regulamento, por ato próprio do Chefe do Poder Executivo Municipal ou pelo Secretário Geral de Governo, no que couber." (NR)*

## **"Subseção I**

### **Da Secretaria Geral de Governo" (NR)**

**"Art. 66.** *São funções da Secretaria Geral de Governo, dentre outras que, posteriormente, fiquem definidas:" (NR)*

.....  
*"XI - redigir, registrar, fazer publicar os atos oficiais e expedir atos do Chefe do Poder Executivo Municipal, em coordenação com a Procuradoria Geral do Município, Controladoria Geral e Secretaria Municipal de Administração;" (NR)*

.....  
**"§ 1º.** *A Ouvidoria, que será regulamentada por Decreto, compete ouvir os reclamos da população a respeito dos serviços públicos, encaminhando-os aos órgãos responsáveis pelos mesmos e dando retorno aos reclamantes das medidas corretivas ou esclarecedoras tomadas pelo Poder Público, bem como manter o Prefeito informado sobre as reclamações ou queixas da população, quanto à qualidade dos serviços públicos prestados pelo Poder Executivo municipal." (NR)*



# PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO

**"§ 2º.** Fica alterada a nomenclatura do cargo Chefe de Gabinete para Secretário Geral de Governo, que lhe sucede em todos os direitos, obrigações, competências e atribuições." (NR)

.....

**"Art. 70.** O comando do Gabinete Militar deverá ser exercido por um Oficial Superior da Polícia Militar do Estado de Rondônia da ativa ou reserva, que deverá ser remunerado conforme tabela de cargos comissionados em anexo." (NR)

.....

## **"Subseção V**

### **Da Coordenadoria Municipal da Defesa Civil" (NR)**

**"Art. 74.** A Coordenadoria Municipal da Defesa Civil é um órgão que atua em ações preventivas, de socorro, assistenciais e reconstrutivas destinadas a evitar ou minimizar desastres, sejam eles de causa natural ou não. Compete à Defesa Civil a garantia do direito à vida, em circunstâncias de desastre, buscar a redução da ocorrência e da intensidade de desastres." (NR)

.....

**Art. 77.** .....

.....

"XI - coordenar os programas e projetos no âmbito do Município;" (NR)

.....

"XVIII – outras atividades correlatas." (AC)

**Art. 78.** .....

.....

VII - a reprografia; (NR)



# PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO

.....

**Art. 80.** .....

.....

*"II – estabelecer proposta de organização da Atenção Básica e a forma de utilização dos recursos do Programa de Atenção Básica, fixo e variável no Plano Municipal de Saúde;" (NR)*

.....

**"Art. 84.** *À Secretaria Municipal de Infraestrutura e Serviços Básicos, tem por finalidade gerenciar, elaborar, coordenar e implementar os projetos e orçamentos, especificações técnicas e cronogramas que envolvam planejamento e execução de obras em áreas e logradouros públicos, bem como a realização de serviços públicos de saneamento, manutenção e infraestrutura urbana do Município." (NR)*

.....

**"Art. 86.** *A Subsecretaria Municipal de Serviços Básicos, compete dirigir o processo de elaboração, aprimoramento e implantação de planos, programas, projetos e propostas voltados à área de serviços públicos. Entre os objetivos, estão o desenvolvimento urbano, a manutenção preventiva e corretiva em logradouros públicos. Também é responsável pelo gerenciamento dos serviços de coleta e destinação do lixo, poda de árvores, água, esgoto, energia elétrica e telefonia, entre outros serviços, compete ainda à subsecretaria." (NR)*

.....

**"Art. 88.** *A Secretaria Municipal de Integração - SEMI, compete auxiliar a Administração Municipal, formular e implantar a política municipal de desenvolvimento econômico, dirigir o processo de elaboração, aprimoramento e implantação de planos, programas e propostas voltados ao desenvolvimento ambiental." (NR)*

.....





## **PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO**

**"Art. 90.** A Subsecretaria Municipal da Indústria, Comércio, Turismo e Trabalho tem a finalidade fomentar políticas de desenvolvimento sustentável, atrair novos empreendimentos, propiciar a geração de emprego e renda e incentivar o crescimento econômico, tem ainda por função impulsionar e divulgar atrações turísticas locais, competindo-lhes: " **(NR)**

.....

"VIII – apoiar eventos e atividades que promovam o desenvolvimento da economia;" **(NR)**

.....

"XII – definir as diretrizes para o desenvolvimento econômico." **(NR)**

"XIII – estimular o turismo dando o suporte institucional para a integração social e econômica com os demais setores da sociedade;" **(NR)**

"XIV – planejar, organizar e impulsionar ações relacionadas à área do turismo, de forma integrada com as demais secretarias e instituições públicas e privadas;" **(NR)**

.....

**"Art. 91-A.** A Secretaria Municipal de Trânsito, Mobilidade e Transportes, tem por definição de planejar, organizar, dirigir, coordenar, executar e controlar a prestação de serviços públicos relativos a transporte coletivo e individual de passageiros, tráfego, trânsito, meio ambiente urbano, polos geradores de tráfego e sistema viário, observado o planejamento urbano municipal, competindo-lhes:" **(NR)**

.....

### **"Seção XII**

#### **Da Secretaria Municipal de Resolução Estratégica de Convênios e Contratos" (AC)**



## **PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO**

**“Art. 91-B.** À Secretaria Municipal de Resolução Estratégica de Convênios e Contratos compete:

*I – viabilizar o cumprimento dos contratos de repasses e convênios havidos com a União Federal propondo a execução de obras ou a devolução de recursos, de modo à efetivamente extinguir a relação jurídica do município em cada avença;*

*II - gerenciar e prestar suporte técnico em possíveis inadimplências contratuais de que trata o art. 40-A e quando identificado indícios de irregularidades por ato omissivo ou comissivo praticado por agentes públicos no desempenho do cargo ou função, tal fato deverá ser comunicado às unidades competentes objetivando a devida apuração;*

*III – monitorar e subsidiar as unidades competentes para dirimir os procedimentos relacionados a tomadas de contas especiais, inquéritos e processos judicializados;*

*IV - acompanhar e prestar suporte técnico às unidades competentes quanto à execução dos convênios, contratos e correspondentes prestações de contas.*

**§ 1º.** *A Secretaria Municipal de Resolução Estratégica de Convênios e Contratos poderá solicitar das unidades competentes a adoção de providências quanto à execução dos contratos de obras e serviços objeto de recursos oriundos da União.*

**§ 2º.** *O não atendimento à solicitação mencionada ensejará o encaminhamento do fato ao Chefe do Poder Executivo para adoção das providências pertinentes.” (AC)*

.....

**Art. 96.** .....

*“I – Secretário Municipal de Planejamento, Orçamento e Gestão;”  
(NR)*

.....

*“XIII – Secretário Geral de Governo;” (AC)*

*“XIV – Secretário Municipal de Resolução Estratégica de Convênios e Contratos.” (AC)*

.....



## PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO

**§ 3º** Para efeitos de remuneração, são equivalentes ao cargo de Secretário Municipal:

.....  
"III - Superintendente Municipal de Gestão de Gastos Públicos; e

IV - Superintendente Municipal de Licitações." (AC)

**§ 4º.** O Diretor Presidente da Empresa de Desenvolvimento Urbano - EMDUR recebe remuneração equivalente à de Secretário Municipal. (NR)

**Art. 97.** .....

"**Parágrafo único.** É vedada a nomeação de servidores para cargos de provimento em comissão que não seja para atribuições de direção, chefia e assessoramento." (AC)

.....  
"**Art. 101.** Ficam transferidos para os órgãos ou entidades sucessoras todos os bens patrimoniais, mobiliários, equipamentos, instalações, projetos, documentos, acervos existentes, bem como serviços em andamento nos órgãos extintos, absorvidos ou fundidos." (NR)

.....  
"**Art. 106.** O cargo em comissão de Controlador Geral Adjunto do Município, será ocupado privativamente por servidor de carreira pertencente ao Grupo Ocupacional de Controle Interno do Município, com formação superior nas áreas de direito, economia, administração ou ciências contábeis." (NR)

**Art. 2º.** Dá nova redação à Lei Complementar nº 099, de 28 de abril de 2000, que passam a vigorar com a seguinte redação:

"**Art. 3º.** A Procuradoria Geral é dirigida pelo Procurador Geral, auxiliado pelo Procurador Geral Adjunto, Corregedor Chefe, Assessor Especial Técnico Jurídico da Procuradoria e por Subprocuradores, todos de livre provimento do Prefeito, obedecido o seguinte:" (NR)

.....  
**Art. 9º.** .....

.....



# PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO

II - .....

a).....

b).....

"c) Departamento Administrativo" (NR)

III - .....

"i) Departamento de Cálculos e Precatórios." (AC)

"IV - São Coordenados pelo Departamento Administrativo." (NR)

"Art. 14 -A. Ao Departamento Administrativo compete." (NR)

"I - Prestar assessoria administrativa ao Procurador Geral do Município e ao Procurador Geral Adjunto". (NR)

## "Seção XV

Departamento de Cálculos e Precatórios." (NR)

"Art. 25-B. São atribuições do Departamento de Cálculos e Precatórios:" (NR)

I – .....

II – .....

"III – fazer a análise dos precatórios requisitórios e adotar as providências legais judiciais e administrativas pertinentes, auxiliado pelo Departamento Administrativo;" (NR)

**Art. 3º.** Dá nova redação aos títulos e Seções da Lei Complementar nº 648, de 06 de janeiro de 2017, e suas respectivas alterações, que passam a vigorar com a seguinte redação:

## "TÍTULO IV

DA EXTINÇÃO, CRIAÇÃO, FUSÃO, INCORPORAÇÃO DE ÓRGÃOS, CARGOS E OUTRAS MUDANÇAS ESTRUTURAIS

## Seção VI

Da Secretaria Municipal da Educação – SEMED

## Seção VII

Da Secretaria Municipal de Assistência Social e da Família – SEMASF



# **PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO**

## *Seção VIII*

*Da Secretaria Municipal de Regularização Fundiária, Habitação e Urbanismo*

.....

## *Seção IX*

*Da Secretaria Municipal de Infraestrutura Urbana e Serviços Básicos*

.....

## *Seção X*

*Da Secretaria Municipal de Integração*

.....

## *Seção XI*

*Da Secretaria Municipal de Trânsito, Mobilidade e Transportes*

.....

## *TÍTULO VII*

*DA ADMINISTRAÇÃO INDIRETA*

.....

## *TÍTULO VIII*

*DA VINCULAÇÃO DAS ENTIDADES E DOS FUNDOS MUNICIPAIS*

.....

## *TÍTULO IX*

*DOS CARGOS” (NR)*

**Art. 4º.** Dá nova redação, acrescenta e altera dispositivos da Lei complementar nº 652, de 03 de março de 2017, que passam a vigorar com a seguinte redação:

*“Art.1º À Superintendência de Gestão de Gastos Públicos – SGP, órgão de gestão governamental compete o planejamento,*



## **PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO**

*normatização, controle e coordenação das atividades-meio, relacionadas à qualidade das despesas de natureza administrativa e à logística, patrimonial e de manutenção das unidades administrativas do Poder Executivo, aí incluídos todos os órgãos que compõem a Administração Pública Municipal Direta, e ainda:*

.....  
V – coordenar, supervisionar e viabilizar a realização de aquisições corporativas, objetivando gerar ganhos de eficiência, economia de escala e organização logística, ampliando o rol e fomentando a competitividade de fornecedores do Município;

.....  
VIII – assessorar o Prefeito e o Vice-Prefeito em suas respectivas áreas de competência, com informações relacionadas à gestão de gastos públicos da administração municipal;

IX – coordenar, supervisionar, controlar e monitorar os serviços relacionados à manutenção dos veículos e máquinas da frota oficial, seja própria ou locada;

X – coordenar, supervisionar, controlar e monitorar os serviços essenciais de fornecimento de água potável, energia elétrica, telefonia e serviços de dados de internet, no âmbito da administração direta do poder executivo municipal;

XI – expedir parecer prévio quanto às solicitações de baixas de registro de bens móveis do poder executivo municipal;

XII – propor a autorização de baixa de registro patrimonial e contábil dos bens permanentes;

XIII – coordenar, supervisionar, controlar e monitorar o estoque unificado de material de consumo de todas as unidades gestoras;

XIV – coordenar, supervisionar, controlar e monitorar o cadastro e registro patrimonial de bens imóveis de propriedade da Prefeitura do Município de Porto Velho;

XV – coordenar, supervisionar, controlar e monitorar o gasto com pessoal, em observância das normas vigentes.” **(NR)**

Art. 2º .....

III - .....

“a) Gestor de Gastos Públicos;” **(NR)**

“b) Secretário Executivo de Gabinete;” **(NR)**

IV - .....

“a) Departamento Administrativo;” **(NR)**

V - .....

“a) Divisão de Controle de Reequilíbrio e Análise de Preços;” **(NR)**





## PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO

"b) Divisão de Sistema de Registro de Preços;" (NR)

"c) Divisão de Acompanhamento de Gastos e Economicidade;" (NR)

"d) Divisão de Acompanhamento Patrimonial;" (NR)

"e) Divisão de Monitoramento de Convênios e Contratos. " (AC)

VI - .....

a) .....

"1. Divisão de Monitoramento da Frota;" (NR)

"2. Divisão de Controle de Manutenção Automotiva;" (NR)

"3. Divisão de Monitoramento do Abastecimento Geral;" (NR)

"4. Divisão de Serviços Hídricos e Energéticos;" (NR)

"5. Divisão de Serviços Telefonia e Internet. "(NR)

"b) Departamento de Análise Processual da Despesa:" (AC)

"1. Divisão de Análise de Serviços Continuados;" (AC)

"2. Divisão de Análise de Quantitativo de Gastos." (AC)

"c) Departamento de Avaliação Mercadológica e Imobiliária:" (AC)

"1. Divisão de Gestão e Administração Predial;" (AC)

"2. Divisão de Análise de Processo de Locação. " (AC)

.....

.....

"Art. 4º. Ao Gestor de Gastos Públicos compete auxiliar diretamente o Superintendente Municipal de Gestão de Gastos Públicos, além de substituí-lo nos seus impedimentos e ausências, supervisionar as unidades setoriais dentre outros encargos a ele delegados." (NR)

.....

"Art. 11. A dotação orçamentária da Superintendência Municipal de Gestão de Gastos Públicos correrá por conta da Secretaria Geral de Governo." (NR)

**Art. 5º.** Os anexos I, II, III, IV, V, VI, VII, VIII, IX, X, XI, XII, XIII, XIV, XV, XVI, da Lei Complementar nº 648, de 06 de janeiro de 2017, alterados pela Lei Complementar nº 650, de 08 de fevereiro de 2017, passam a vigorar com a redação dada pelo Anexos e organogramas organizacionais desta Lei Complementar.

**Art. 6º.** Fica acrescido o Anexo XVII – Secretaria Municipal de Resolução Estratégica de Convênios e Contratos – SEMESC à Lei Complementar nº 648, de 06 de janeiro de 2017.

**Parágrafo único.** A Secretaria Municipal de Resolução Estratégica de Convênios e Contratos – SEMESC utilizará das atuais dotações orçamentárias da



## **PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO**

SEMPOG até a data de 31/12/2017, passando a dispor de orçamento próprio a partir do exercício de 2018.

**Art. 7º.** Os anexos da Lei Complementar nº 652, de 03 de março de 2017 e da Lei Complementar nº 654, de 06 de março de 2017, passam a vigorar com a redação dada pelos Anexos XVIII e XIX, respectivamente.

**Art. 8º.** Ficam extintos os cargos comissionados que forem excluídos a partir da alteração decorrente da presente Lei.

**Art. 9º.** Os atuais servidores ocupantes de cargos em comissão, que forem exonerados e nomeados em função da presente revisão, nos mesmos cargos ou cargos distintos, sem descontinuidade do vínculo, excepcionalmente, ficam dispensados da apresentação da documentação exigida no ato da nomeação, e ainda, nos casos dos cargos exclusivos em comissão não haverá necessidade de se expedir folha de verbas rescisórias, mantendo-se o tempo de serviço para fins de concessão de férias e décimo terceiro salário.

**Art. 10.** Os titulares das secretarias e órgãos equivalentes, terão o prazo de 60 (sessenta) dias, a contar de sua publicação desta Lei Complementar, para apresentarem proposta de Regulamento ao Chefe do Poder Executivo, que, aquiescendo, o aprovará por ato próprio.

**Art. 11.** Fica revogado o Parágrafo único do Art. 35, Art. 40, Art. 42, Art. 46, Art. 60, alíneas "i", "j", "l", "m" do inciso I, alínea "f" do inciso IV, alínea "b" do inciso VII do Art. 62, alíneas "a", "b", "c", "d", "e", "f", "g", "h", "i", "j", "l", "m" do inciso I do Art. 65, inciso VII do Art. 85, inciso X do Art. 86, inciso VII do Art. 95, incisos I e II do § 3º do Art. 96, todos da Lei Complementar nº 648, de 06 de janeiro de 2017.

**Art. 12.** Fica revogado o inciso VII do Art. 1º, inciso II e alíneas "b", "c" e "d" do inciso IV do Art. 2º da Lei Complementar nº 652, de 03 de março de 2017,



## **PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO**

bem como o inciso II do Art. 2º, Art. 3º e Art. 4º da Lei Complementar nº 654, de 06 de março de 2017.

**Art. 13.** O Conselho Municipal de Defesa dos Direitos da Mulher, a partir da publicação desta Lei, deixa de integrar a Secretaria Municipal de Assistência Social e da Família e ficará vinculado à Secretaria Geral de Governo.

**Art. 14.** Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a regulamentar a presente Lei Complementar no que for necessário ao seu fiel cumprimento.

**Art. 15.** Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

**HILDON DE LIMA CHAVES**  
**Prefeito**

**JOSÉ LUIZ STORER JÚNIOR**  
**Procurador Geral do Município**